

Cria órgão de execução do Ministério Público e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de redefinição das atribuições dos órgãos de execução do Ministério Público, para adequá-los às novas demandas sociais;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, na sessão de 04 de agosto de 2014;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo MPRJ 2013.00287345,

R E S O L V E

Art. 1º – Fica criada a Promotoria de Justiça junto ao VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital (Foro Regional da Leopoldina), em correspondência a um dos cargos de Promotor de Justiça transformados pela Resolução GPGJ nº 1.809 de 06 de março de 2013, com atribuição para atuar perante o respectivo órgão jurisdicional.

Art. 2º – Serão remetidos ao órgão de execução referido no artigo 1º, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do termo inicial de eficácia da presente Resolução, todos os feitos em tramitação que se compreendam nas suas respectivas atribuições.

Art. 3º – O provimento inicial do órgão de execução ora criado far-se-á por remoção voluntária unilateral, devendo o respectivo concurso ser aberto no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início da vigência da presente Resolução.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2014.

Marfan Martins Vieira
Procurador-Geral de Justiça